



SISTEMA DE JUSTIÇA

Justiça económica tem problemas “absurdos” mas não está sozinha

A chamada justiça económica respondeu mal no período de crise. Os advogados que acompanham as empresas concordam, mas dizem que há problemas ainda mais graves noutras áreas do sistema.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

É a própria ministra Francisca Van Dunem que o reconhece. Algo vai mal nos segmentos da actividade dos tribunais expostos à crise económica: cobrança de dívidas, processos de insolvência ou litígios de natureza administrativa e tributária. Os advogados que dão apoio jurídico às empresas concordam. Além de identificarem problemas, falam também de casos absurdos quando é preciso recorrer à Justiça. Há também quem considere ser um mito a ideia de que os problemas do sistema são um factor importante de atraso económico.

Para o advogado Pedro Raposo, não há dúvidas de que o nosso sistema de Justiça nunca se preparou para o aumento de processos ou para as “novidades” que foram sendo introduzidas ao longo dos últimos anos. Na opinião deste sócio e líder da sociedade PRA, o problema está sobretudo na falta de meios disponíveis e na ausência de celeridade que tal implica.

No caso da cobrança de dívidas, “os longos prazos a que o credor se sujeita, desde a fase da acção declarativa até ao momento em que consegue actuar sobre o património do devedor, levam a que, em muitas situações, finda a acção, não exista qualquer património para executar”, frisa Pedro Raposo.

Nuno Líbano Monteiro, sócio e coordenador de contencioso de PLMJ, reconhece que se depara diariamente com constrangimentos na chamada justiça económica, sendo o mais grave, diz, o claro bloqueio dos tribunais de comércio.

“São tribunais de competência especializada que – pela circunstân-



Miguel Baltazar

Francisca Van Dunem defende a criação de um Observatório da Justiça Económica, para prevenir rupturas do sistema em tempos de crise.

cia de estarem em total ruptura (em particular em Lisboa e Porto) – tornam absolutamente inviável a obtenção de uma decisão em prazos razoáveis”, explica, para sublinhar que para si razoável é um prazo de dois anos.

Nuno Líbano Monteiro aponta o “bloqueio” dos tribunais do comércio como o paradigma dos problemas da justiça económica.

Verdades e “mitos”

João Duarte de Sousa, sócio da Garrigues na área de contencioso, admite a existência de problemas na chamada justiça económica, por ter um impacto negativo mais significativo no mercado e nas empresas. Ainda assim frisa que esta não é a única dimensão da justiça que coloca constrangimentos aos advogados que se relacionam com os tribunais.

“Excessiva morosidade, insegurança jurídica decorrente de múltiplas alterações legislativas às leis processuais, sobrevivência de algumas práticas obsoletas e de um sistema processual não raras vezes desajustado e excessivamente complexo”, são deficiências que aponta.

Rui Patrício, sócio da Morais Leitão, concorda que os problemas mais comuns nesta área são a morosidade e, por vezes, “também o desconhecimento de questões de natureza económica, financeira ou afins, bem como alguma falta de compreensão ou sensibilidade em relação ao mundo económico e da gestão”. Ainda assim considera que muitas foram as melhorias registadas nas duas últimas décadas.

“Julgo ser um mito a ideia de que os problemas do nosso sistema de justiça, em especial a morosidade, são um factor importante de atraso económico. É uma ideia sedutora e que soa bem, mas creio que não resiste a uma análise profunda nem a



PROTAGONISTAS

A palavra a quem dá apoio às empresas

Cinco advogados que trabalham sobretudo no apoio a empresas falam dos problemas com que se deparam na chamada justiça económica.



Julgo ser um mito a ideia de que os problemas do nosso sistema de justiça, em especial a morosidade, são um factor importante de atraso económico.

RUI PATRÍCIO

uma perspectiva histórica”, frisa Rui Patrício.

Áreas como a do Direito da Família revelam, segundo João Espanha, situações mais dramáticas, mas o advogado aponta a chamada justiça económica, como aquela onde se confronta com “as coisas mais absurdas”. Quais? “Desde estar 16 anos a aguardar por uma decisão de um tribunal tributário de primeira instância, e que só foi tirada porque transitou para um juízo de extinção; passando pelo martírio das execuções, civis ou fiscais; e pela não tão nova moda de o Estado recorrer por tudo e por nada. A vida para quem lida com os tribunais ‘económicos’ não está nada fácil”, conclui. ■



NUNO LÍBANO MONTEIRO
Sócio da PLMJ



RUI PATRÍCIO
Sócio da Morais Leitão



PEDRO RAPOSO
Sócio da PRA



JOÃO ESPANHA
Sócio da Espanha e Associados



JOÃO DUARTE DE SOUSA
Sócio da Garrigues

E se fosse criado o Observatório para a Justiça Económica?

Depois do mau comportamento do sistema de justiça na resposta a problemas que resultaram da crise, a ministra Francisca Van Dunem veio defender a criação de um Observatório para a Justiça Económica, para que, face aos primeiros sinais de uma nova situação do género, haja maior capacidade de resposta. E se fosse convidado a colaborar nesse trabalho? Cinco advogados que dão apoio jurídico a empresas deixam sugestões.

O advogado Pedro Raposo, sócio da PRA, defende a alteração do código do IVA, “no sentido de permitir a recuperação do mesmo, contra a evidência da interposição do devedor e o decurso de um determinado prazo iria seguramente retirar dos tribunais uma fatia substancial dos processos de cobrança que hoje em dia entopem o sistema”.

Uma das sugestões deixadas por João Espanha, da sociedade Espanha e Associados, passa pela criação de “tribunais de microinstância, com regras processuais ultra-simples e custas muito baixas, para permitir o acesso à Justiça por quem tem poucos meios”, mas também para que “os tribunais fiquem desafogados para julgarem em tempo e com qualidade os casos mais complicados”.

Tal como João Espanha, Rui Patrício aponta igualmente a ideia de retirar “mais assuntos ‘menores’ da esfera dos tribunais, passando-os para outros meios de resolução de litígios”. Ou seja, ambos defendem um aumento das experiências de arbitragem sectoriais, assim como



Além de juizes, procuraria nomear para o tribunal de comércio gestores e pessoas com experiência aliada à formação económica.

NUNO LÍBANO MONTEIRO
Sócio da PLMJ

uma melhor e constante formação dos juizes, que deveriam ser alvo de assessoria por profissionais das mais diversas áreas.

Rui Patrício, sócio da Morais Leitão, evidencia igualmente uma outra ideia, mas esta de âmbito comportamental, que passaria pelo aumento da “formação cívica dos cidadãos, porque se esta aumenta, a litigiosidade económica tende a diminuir”, frisa o mesmo advogado.

Tribunais de comércio

Se o advogado Nuno Líbano Monteiro integrasse o Observatório para a Justiça Económica, “começaria por não alterar radi-

calmente o trabalho feito até agora, com alguma continuidade e coerência, pelos sucessivos governos”.

Qual seria então o primeiro passo deste sócio da PLMJ? “Procuraria nomear para o tribunal de comércio, além de juizes, gestores e pessoas com experiência aliada a formação económica para assumirem a posição de juizes”, explica.

Ainda assim, Nuno Líbano Monteiro não se ficaria por esta medida. Porque considera o bloqueio existente nos tribunais de comércio o paradigma dos problemas da chamada justiça económica, retiraria daqueles tribunais “a totalidade dos processos que não têm cariz vincadamente jurisdicional” dos mesmos, como processos de insolvência que não sejam objecto de contestação por parte do insolvente ou dos credores.

Neste âmbito, João Duarte de Sousa, responsável pelo departamento contencioso da Garrigues, apostaria mesmo na desjudicialização do processo de insolvência, reservando a intervenção do juiz apenas para as situações de litígio.

E porque as novas tecnologias são hoje imprescindíveis à Justiça, João Duarte de Sousa defenderia tribunais com meios informáticos que permitissem a realização de inquirição de testemunhas através de aplicações informáticas via web, assim como o alargar das funcionalidades do Cítilus aos processos e recursos tramitados pelas Relações e pelo Supremo Tribunal de Justiça. ■ JM



OBSERVATÓRIO
JUSTIÇA ECONÓMICA TEM
PROBLEMAS, MAS NÃO ESTÁ SOZINHA